

Comissão elimina contradições e superposições

A Comissão Provisória de Estudos Constitucionais passou a tarde de ontem discutindo como compatibilizar os trabalhos dos dez comitês temáticos em que se subdividiu e resolveu realizar hoje à tarde uma reunião entre os coordenadores e relatores para eliminar as contradições e as superposições verificadas. Pela manhã, a maioria dos comitês se dedicará à redação final de suas propostas, enquanto os grupos que examinam Poder Legislativo e organização partidária e Poder Judiciário e Ministério Público concluirão os estudos.

Na quinta-feira, os temas deverão ser levados ao plenário da Comissão. Até lá os comitês discutirão os

itens que permanecerem polêmicos após a primeira avaliação dos coordenadores e relatores.

Ontem, o professor Cândido Mendes contestou uma série de questões formais sobre os trabalhos dos comitês, como a inclusão de matérias que são objeto de lei complementar e ordinária, a divergência quanto a definições — como a que ocorreu entre dois comitês sobre a função social da propriedade — e o tratamento de um mesmo item por dois comitês.

Durante a reunião, o reverendo Guilhermino Cunha, Presidente da Catedral Presbiteriana do Rio de Janeiro, sugeriu que a proposta da Comissão seja submetida ao povo, pa-

ra que “encontre a base”. A idéia foi recebida com reserva pelo Presidente da Comissão, Afonso Arinos, sob a alegação de que teria caráter de referendo popular.

Além do que já foi analisado, há propostas novas, como a do jurista Pinto Ferreira, que prevê lei controlando a atuação das multinacionais e do capital estrangeiro, e a do Colégio dos Procuradores-Gerais dos Estados, que amplia as suas atribuições. E mesmo nos comitês cujo trabalho é dado por concluído poderão ocorrer novas discussões, como no que examina a Defesa do Estado, da sociedade civil e das instituições democráticas.